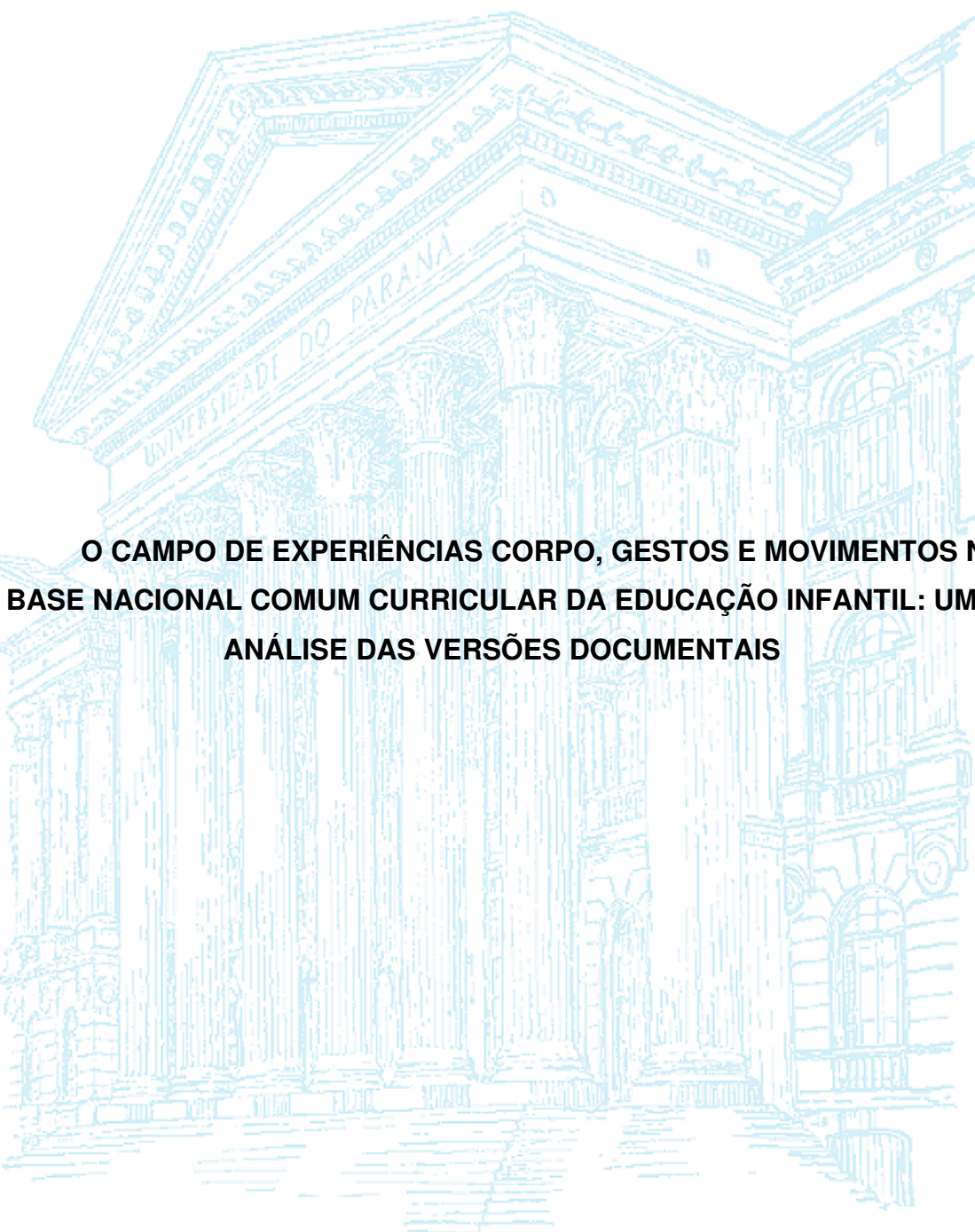


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAREIME ANDRETTA RIBEIRO



**O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
ANÁLISE DAS VERSÕES DOCUMENTAIS**

CURITIBA

2020

CAREIME ANDRETTA RIBEIRO

**O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE
DAS VERSÕES DOCUMENTAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marynelma Camargo Garanhani

Co-orientadora: Prof^a. Aline Maria Lunardon

CURITIBA

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Edilson e Silvana por serem meus exemplos de vida e inspiração. Obrigada por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço também, meus amigos da UFPR, que sempre estiveram ao meu lado neste caminho acadêmico cheio de aprendizados e desafios.

Agradeço imensamente a Professora Aline Maria Lunardon, co-orientadora, por toda a paciência, trocas de conhecimento, ajuda e parceria durante o processo de construção.

Gratidão à minha Orientadora Marynelma, por ter aceitado ser minha orientadora, ter acreditado em mim e ser exemplo de pessoa e profissional.

Agradeço a todos os Professores que fizeram e que ainda fazem parte da minha formação acadêmica e humana, que me inspiraram a ser uma professora que um dia fará a diferença na vida das crianças que irei formar.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como o Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos é abordado nas três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil. O estudo utilizou referenciais teóricos de autores como Garanhani, Nadolny e Cartaxo para compreender o movimento do corpo da criança e Kramer para análise sobre os documentos para a Educação Infantil. A metodologia utilizada foi a análise documental das três versões da BNCC (2015, 2016 e 2017) por meio de um roteiro elaborado com base em Kramer. A pesquisa concluiu que dentro do Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos houve uma mudança evidente no âmbito teórico e no âmbito estético entre os documentos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Base Nacional Comum Curricular. Movimento do corpo da criança. Análise documental.

Abstract

This research aims to analyze how the Field of Experiences Body, gestures and movements is approached in the three versions of the National Common Curricular Base (BNCC) for Early Childhood Education. The study used theoretical references from authors such as Garanhani, Nadolny and Cartaxo to understand the movement of the child's body and Kramer to analyze the documents for Early Childhood Education. The methodology used was the documentary analysis of the three versions of the BNCC (2015, 2016 and 2017) through a script developed based on Kramer. The research concluded that within the Field of Experiences Body, gestures and movements there was an evident change in the theoretical and aesthetic scope between the documents.

Keywords: Early Childhood Education. Common National Curricular Base. Movement of the child's body. Document analysis.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NAS SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO GRUPO DOS BEBÊS DA PESQUISA O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VERSÕES DOCUMENTAIS	40
QUADRO 2 - OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NAS SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO GRUPO DAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS DA PESQUISA O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VERSÕES DOCUMENTAIS	41
QUADRO 3 - OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NAS SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO GRUPO DAS CRIANÇAS PEQUENAS DA PESQUISA O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VERSÕES DOCUMENTAIS	42

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

DNCr - Departamento Nacional da Criança

CNE - Conselho Nacional da Educação

COEPRE - Coordenação de Educação Pré-escolar

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

DICEI - Diretoria de Currículos e Educação Integral

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

OMEP - Organização Mundial para a Educação Pré escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

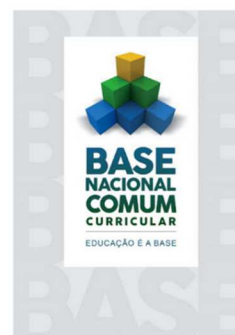
RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SEB - Secretaria de Educação Básica

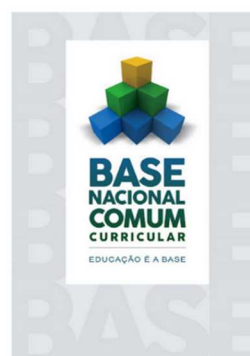
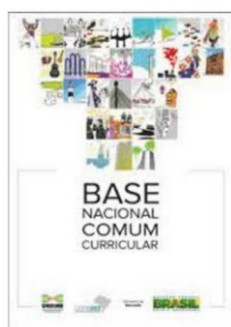
SNE - Sistema Nacional de Educação

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	7
1 DAS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS AOS DOCUMENTOS OFICIAIS	8
CAPÍTULO 2	11
2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENCONTRO DO CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS DA CRIANÇA	12
2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E SEUS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	12
2.2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS QUE ABORDAM O CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS DA CRIANÇA.....	14
CAPÍTULO 3	19
3 UMA TRAJETÓRIA PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	20
CAPÍTULO 4	22
4 AS TRÊS VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) ...	23
4.1 SOBRE OS AUTORES, AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E OS LEITORES ..	23
4.2 SOBRE OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	27
4.3 SOBRE O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS.	37
CAPÍTULO 5	44
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES	45
REFERÊNCIAS	48
ANEXO I - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DAS VERSÕES DA BNCC PARA A PESQUISA O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VERSÕES DOCUMENTAIS	50



CAPÍTULO 1 ¹



¹ As imagens das capas das três versões da BNCC estão disponíveis em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 15/11/2020

1 DAS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS AOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Durante os anos de 2017 a 2019, estagiei em um colégio da Rede Particular de Curitiba-Paraná e nesse período tive a oportunidade de ministrar aulas de Educação Física para a Educação Infantil.

Assim, me aproximei da prática pedagógica proposta pela instituição que está fundamentada nos princípios humanistas, considerando o estudante como sujeito do processo de ensino-aprendizagem e o professor como mediador do conhecimento. O projeto pedagógico, considera a aprendizagem integral dos estudantes, formando pessoas competentes, conscientes, compassivas, criativas e comprometidas.

Foi então que, neste período, consegui fazer relações teórico-práticas do conhecimento que eu vinha adquirindo na graduação em Educação Física, com as mudanças e impactos provenientes da história, vistas até então, na teoria.

Este conhecimento se aliou ao meu interesse em estudar a criança, o brincar e a expressão, ao refletir sobre as aulas de Educação Física ministradas na escola, denominadas pelo termo **Corpo, gestos e movimentos**, denominação esta, semelhante ao Campo de Experiências proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil.

A BNCC é um documento de caráter normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica².

A **Educação Infantil**, como primeira etapa da Educação básica, passou por diversas mudanças no nosso país, ao longo do tempo. Perdeu o seu caráter assistencialista e se tornou uma ação institucional para a promoção do desenvolvimento infantil, por meio da educação escolar. Ou seja, a escola tem “[...] por princípio uma posição ativa da criança em relação ao meio em que vive na interação com os outros” (CARTAXO, 2013, p. 90). Esta mudança foi consequência proveniente da mudança de compreensão do que é a criança e, também, o conceito infância.

A compreensão destes conceitos, no tempo histórico, foi se alterando por influência de pensadores como Comenius, Rousseau, Pestalozzi e outros que desmistificaram a criança como um adulto em miniatura e a colocaram como centro

² A Educação Básica compreende as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

do seu processo de educação. Dessa forma, a infância passou a ser compreendida como uma fase da vida, na qual a criança está construindo sua identidade. É um momento da criança de ser criança.

A partir da década de 1940, podemos observar uma política pública voltada ao atendimento, proteção e educação na infância. Porém, só em 1980, por conta de uma redemocratização da educação, a educação das crianças pequenas³ ganha destaque nos estudos brasileiros. Mudando sua nomenclatura de Pré escola, para como assim denominada hoje: Educação Infantil.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mostrou uma nova forma de olhar a criança, dando a devida importância ao caráter educacional nas instituições de Educação Infantil. Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, insere a Educação Infantil como parte da Educação Básica. Na sequência, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é criado (em 1998) e se caracterizou como uma primeira proposta de currículo para esta etapa de educação escolar.

Em 1999, publica-se o primeiro documento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), e estas são reformuladas em 2009. O objetivo deste documento é nortear o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino do nosso país.

Neste cenário, é disponibilizada, em 2015, a primeira versão da BNCC que conta com três versões, sendo a última versão lançada e homologada em 2017. Nela consta as orientações para o currículo da Educação Infantil pautado em eixos estruturantes da prática pedagógica, sendo eles **a interação e a brincadeira**. O documento apresenta seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento que buscam:

[...] as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivências desafios e a sentirem-se provocados a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 37).

A BNCC para a Educação Infantil se estrutura em cinco Campos de Experiências, sendo eles: O eu, o outro e o nós; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações e Corpo, gestos e movimentos.

³ Neste estudo, o termo crianças pequenas se refere às crianças de 0 a 5 anos de idade

Os Campos de Experiências “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações de experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 40).

O Corpo, gestos e movimentos, sendo um Campo de Experiências, aborda o aprendizado da criança sobre si, o outro e o mundo, por meio do seu corpo. Uma vez que é por meio do corpo que se dá as primeiras expressões, interações, emoções e sensações. “O corpo das crianças ganha centralidade, pois, ele é partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para emancipação e a liberdade [...]” (BRASIL 2017, p. 41).

Neste cenário apresento a seguinte indagação: **como o Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos, se apresenta nas diferentes versões da BNCC para a Educação Infantil?**

Para responder a esta indagação, estabeleci como objetivo da pesquisa: **analisar como o Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos é abordado nas três versões da BNCC para a Educação Infantil.**

O estudo tem como justificativa criar subsídios a formação inicial e continuada de professores, no sentido de enriquecer os saberes e fazeres do corpo da criança em movimento na Educação Infantil.

Para isso, este estudo está organizado em cinco capítulos:

No capítulo 1, faço uma breve apresentação da Educação Infantil e das proposições para a educação das crianças pequenas. Apresento as justificativas que me levaram a realizar este estudo, a pergunta norteadora e seus objetivos.

No capítulo 2, apresento uma discussão teórica sobre a Educação Infantil no Brasil e seus documentos oficiais. Para complementar faço comentários sobre o tema Corpo, gestos e movimentos da criança nesses documentos.

No capítulo 3, apresento os procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa.

No capítulo 4, apresento a análise sobre o Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos nas três versões da BNCC.

Por fim, no capítulo 5, mostro conclusões e considerações sobre o estudo.



CAPÍTULO 2



2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENCONTRO DO CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS DA CRIANÇA

Este capítulo tem como objetivo relatar os documentos presentes durante a história da educação da criança. Neste sentido é importante analisá-los em ordem cronológica, para entender como se deu a criação da BNCC e a inserção do tema Corpo, gestos e movimentos nos documentos. Portanto, o capítulo está dividido em dois tópicos: **A Educação Infantil no Brasil e seus documentos oficiais** e **Os documentos oficiais que abordam o Corpo, gestos e movimentos da criança**.

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E SEUS DOCUMENTOS OFICIAIS

A Educação Infantil no Brasil se constituiu como uma etapa da Educação Básica, uma vez que, órgãos e documentos oficiais foram criados para o atendimento a criança. Deste modo, é necessária uma breve contextualização, desde a década de 1940, onde a criação desses órgãos e documentos mostraram o princípio de um novo olhar pedagógico para a educação da criança.

O **Departamento Nacional da Criança** (DNCr), (1940), foi criado dentro do Ministério de Educação e Saúde⁴, com o objetivo de coordenar ação relativas à proteção à infância, maternidade e adolescência, não apresentando um caráter educacional, somente a fim de fortalecer uma imagem retrograda da mulher como cuidadora do lar e família.

Em 1942, foi criada a **Legião Brasileira de Assistência** (LBA), com princípios assistencialistas às mães e crianças. Porém, seu objetivo difere do órgão anterior, pois este foi adotado como uma medida para que as mulheres tivessem a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Contudo, a parte educacional não era prioridade, a Legião desenvolvia atividades recreativas com caráter assistencialista.

Somente 11 anos depois, a educação começou a ser evidenciada dentro dos órgãos, quando em 1953, é criado o comitê da **Organização Mundial para a**

⁴ Na época, o Ministério da Educação e Saúde era responsável pela administração da educação escolar, educação extra-escolar, saúde pública e assistência médico-social. Somente em 1953, com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>, acesso em 27 de agosto de 2020.

Educação Pré escolar (Omep), com o intuito de ressaltar a atenção a educação da criança.

Em 1975, outra ação de caráter educacional que foi criada pelo Ministério da Educação e Cultura⁵ (MEC), foi a **Coordenação de Educação Pré-escolar** (COEPRE), que buscava criar um programa nacional de educação à criança pequena, sem distinção de classes, porém, permeado na dicotomia entre cuidar e educar. Ou seja, seu foco não descaracterizava a prioridade assistencialista e cuidadora, mas, começava a dar indícios que educar iria além de cuidar.

A redemocratização brasileira da década de 1980, foi a principal ação educacional que começou a moldar a Educação Infantil, pois é a partir desta década que ela ganhou formas nas pesquisas e no campo legislativo. A partir da **Constituição de 1988** (BRASIL, 1988), a criança começou a ter seu direito educacional reconhecido nas creches e pré-escolas, como nos mostra o Artigo 227:

[...] Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.178).

Com isso, na década de 1990, aconteceram vários seminários, discussões e debates realizados pelo MEC, a fim de dar um novo segmento a educação da criança de 0 a 6 anos (faixa etária da época). No mesmo ano o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA) (BRASIL, 1990), em seu artigo 4, reafirmou os dispositivos da Constituição de 1988, no qual reconheceu a criança como detentora de direitos.

No entanto, só em 1996, a partir da **LDBEN**, em seu art. 29, que a Educação Infantil foi incluída ao sistema educacional básico, como primeira etapa da Educação Básica.

[...] Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da

⁵ Nesse período, o MEC era responsável pela educação e cultura. Somente em 1985, é criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e, somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>, acesso em 27 de agosto de 2020.

criança até seis anos de idade⁶, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 22).

Diante da visualização das leis e documentos oficiais, foi possível perceber que, as principais mudanças ocorridas no campo da Educação Infantil, desde o final da década de 1980, estavam inseridas no campo legislativo.

Estas mudanças, ainda não estavam acompanhadas da ideia do que deveria ser ensinado à criança, então as instituições tinham uma carência de como colocar a criança no centro do processo educacional e construir uma relação de ensinar, aprender e cuidar, para promover o seu desenvolvimento de forma integral, pois ainda não conseguiam abordar essas dimensões de forma complementar.

No ano de 1998, a fim de sanar estas dúvidas, o MEC elaborou e distribuiu o **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**, no qual foi a primeira proposta curricular oficial com o objetivo de “apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos” (BRASIL, 1998, p 7).

Diversas foram as ações e políticas para que houvesse uma garantia do atendimento a toda população infantil. Em 1999, foi aprovada pelo **Conselho Nacional da Educação (CNE)** as **DCNEI**, com o objetivo de estabelecer diretrizes a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

As DCNEI, articularam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reuniram princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela CNE, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (BRASIL, 2010).

Assim, em meio a essa trajetória, a Educação Infantil se concretizou nos campos educacionais e legislativos do Brasil, onde as DCNEI normatizam o trabalho educativo nas instituições até os dias atuais.

2.2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS QUE ABORDAM O CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS DA CRIANÇA

Em meio a diversos documentos que foram criados para contemplar a

⁶ Em 2013, o Art. 29 da LDBEN sofreu modificações e a Educação Infantil passou a ser destinada as crianças de 0 a 5 anos.

educação institucional da criança na Educação Infantil, as discussões sobre o corpo, gestos e movimentos da criança, ganharam espaço nesse cenário.

O RCNEI, publicado em 1998, foi o primeiro documento que buscou funcionar como orientador para melhoria da qualidade da Educação Infantil. Suas recomendações apresentavam ideias de que era necessário promover à criança pequena interações entre aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, contudo, apesar de haver este reconhecimento, as práticas ainda tinham características assistencialistas:

Há práticas que privilegiam os cuidados físicos, partindo de concepções que compreendem a criança pequena como carente, frágil, dependente e passiva, e que levam à construção de procedimentos e rotinas rígidas, dependentes todo o tempo da ação direta do adulto. Isso resulta em períodos longos de espera entre um cuidado e outro, sem que a singularidade e individualidade de cada criança seja respeitada. Essas práticas tolhem a possibilidade de independência e as oportunidades das crianças de aprenderem sobre o cuidado de si, do outro e do ambiente (BRASIL, 1998, v. 1, p.18).

Na citação acima, este caráter assistencialista do RCNEI evidência a preocupação das instituições em compensar as carências que supostamente as crianças teriam, sendo um ser **frágil e passivo**.

O RCNEI apresenta uma organização por ideia, onde as crianças são divididas por faixa etária, sendo um grupo de zero a três anos e outro de quatro a seis anos. Ele é dividido em dois âmbitos de experiências: Formação pessoal e social e Conhecimento de mundo. Dentro dos dois âmbitos de experiências, há eixos de trabalho, são eles: Identidade e autonomia, **Movimento**, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

O eixo de trabalho Movimento demonstra o corpo e o movimento sendo evidenciado como parte do currículo para a formação da criança, uma vez que “o movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana” (BRASIL, 1998, p.15).

O documento apresenta dentro do eixo Movimento, uma ideia de que o corpo vai muito além de se deslocar, é a partir dele, que as crianças criam uma relação com o mundo, por meio da linguagem de movimento, e isso resulta em uma criação de cultura corporal que é manifestada por meio da dança, do jogo, das brincadeiras, do esporte entre outras práticas. O termo **cultura corporal** é apresentado como “um

campo da cultura que aborda a produção de prática expressiva e comunicativa externalizada pelo movimento” (BRASIL, 1998, p.15).

O movimento do corpo, portanto, é definido como um aprendizado na Educação Infantil, que desenvolve uma **ampliação de conhecimento sobre si mesmo, do outro e do meio** que está inserido. Mais que isso:

O trabalho com movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança (BRASIL, 1998, p. 15).

O movimento, definido como aprendizagem pelo documento, tem como foco no trabalho reduzido na motricidade infantil, como explicitado na citação. Mesmo que o termo cultura corporal de movimento seja destacado, ao ter uma preocupação com a motricidade, através das posturas corporais, se reduz a ampliação de cultura de movimento somente ao ato motor.

Neste cenário, o RCNEI (BRASIL, 1998) propõe que as instituições de Educação Infantil favoreçam à criança, um ambiente que proporcione um desenvolvimento físico e social, mantendo-a segura, mas, sendo um ambiente favorável para ela se desafiar e se arriscar.

A proposta do eixo Movimento no RCNEI (BRASIL, 1998), contempla diversas práticas pedagógicas, que variam de acordo com o cotidiano das creches, pré-escolas e instituições. As propostas variam para uma criança em seu primeiro ano de vida, onde sua característica principal é a **expressividade** por meio do toque com o adulto. A criança de 1 a 3 anos, onde está **aperfeiçoando seu andar** junto ao **amadurecimento do sistema nervoso**, acarretará em um aprendizado de outras variantes como correr e pular, uma vez que, a criança estará compreendendo os **gestos instrumentais**, como segurar os objetos, e os **gestos simbólicos**, tanto os de dar tchau quanto os faz de conta, onde a imitação se faz presente.

É na faixa etária de 4 a 6 anos, que a criança se encontra na fase de **aperfeiçoamento dos gestos instrumentais** como recortar, colar e encaixar peças pequenas. Ela começa a submeter seus movimentos a um **controle voluntário**, ou seja, pensar antes de fazer. E uma maior **contenção motora**, no qual, por exemplo, a criança consegue se manter em uma mesma posição (BRASIL, 1998).

As diversas práticas pedagógicas propostas nos documentos definem um trabalho pedagógico do eixo Movimento nas creches. Este trabalho deve englobar as particularidades do desenvolvimento das crianças em cada faixa etária. Estas que são reduzidas ao gesto, controle, contenção e habilidades motoras.

As DCNEI também apresentam discussões sobre o corpo, gestos e movimentos da criança, com algumas características centrais do processo educacional, que se desenvolvem a partir do brincar, imaginar, fantasiar, desejar, aprender, observar, experimentar e narrar, uma vez que considera a criança como produtora de cultura (BRASIL, 2010), que se utiliza do corpo.

As DCNEI, apresentam princípios para as **propostas pedagógicas**, e dentro deste tópico é possível perceber evidências ao corpo, aos gestos e aos movimentos da criança no caráter **estético** “da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais” (BRASIL, 2010, p. 16).

Em relação aos objetivos da proposta pedagógica, o documento afirma que é preciso garantir e apropriar conhecimentos e aprendizagens de diferentes **linguagens** (BRASIL, 2010). Então, o movimento do corpo da criança é reconhecido como uma linguagem construída culturalmente pela criança, por meio das interações, brincadeiras, experiências, imaginações e etc.

Garanhani e Nadolny (2011, p. 67) acrescentam que, “neste cenário, a criança utiliza a movimentação de seu corpo como linguagem para compreender, expressar, e comunicar suas ideias, entendimentos, desejos etc”.

O documento, então, reconhece o movimento como uma linguagem, que tem suas particularidades e importâncias durante o desenvolvimento das crianças, e que deve ser garantido a elas, junto a apropriação das demais linguagens.

Outra evidência sobre o corpo, gestos e movimentos da criança, é nas **Organizações de Espaços, tempos e materiais** proposto pelas DCNEI, ao assegurar a “indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança” (BRASIL, 2010 p. 19). Além disso dentro desta mesma proposta, outro tópico destaca a relevância de garantir “os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição” (BRASIL, 2010 p. 20).

Assim, a partir das experiências de interações e brincadeira nas propostas pedagógicas, asseguradas pelo documento (BRASIL, 2010), é possível perceber

características com a preocupação do corpo, dos gestos e dos movimentos da criança, como:

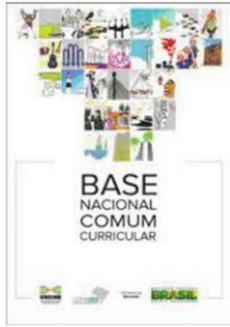
[...] conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiência sensorial, expressiva, corporais que possibilitam movimentação ampla. [...] Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual [...] promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações[...] (BRASIL, 2010 p. 26).

Na citação acima, o **corpo** aparece quando a criança está em desenvolvimento para conhecer a si e o mundo, permitindo diversas experiências e possibilitando o **movimento**. O **gesto** é encontrado como uma expressão da linguagem de movimento. Os três formam a tríade por onde perpassa o desenvolvimento da criança

Nesse sentido, as diretrizes por si só, não apresentam um currículo baseado em experiências, mas é por meio delas, que são geradas discussões e debates, pensando na articulação de um currículo para a Educação Infantil, que não seja dividido em disciplinas, mas, que seja flexível e englobe experiências concretas da vida, interações com crianças e seus pares e com os adultos, diversas aprendizagens e produções de cultura, ao colocar a criança como protagonista do processo de aprendizagem.

Neste sentido, as Diretrizes começaram a constituir um caminho ao trabalho educativo na Educação Infantil baseado em campos. Tais indícios são encontrados no parecer formulado em 2009, onde se propõem que “a organização curricular da Educação Infantil pode se estruturar em eixos, centros, campos ou módulos de experiências [...]” (BRASIL, 2009, p. 16).

A partir dessa preocupação e influências que, a primeira versão da BNCC, é criada em 2015, onde apresentou o currículo da Educação Infantil baseado em Campos de Experiências e sobretudo o **Corpo, gestos e movimentos** como um destes campos.



CAPÍTULO 3



3 UMA TRAJETÓRIA PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

Minha trajetória profissional e acadêmica me levou a conhecer o Campo de Experiências Corpo, Gestos e Movimentos e me instigou a entender como esse tema se deu no contexto da Educação Infantil, sobretudo por meio da BNCC, que apresentou essa proposta. Assim, apresento neste capítulo como se deu essa trajetória.

Após leituras e estudos sobre o tema e em virtude do objetivo da pesquisa, utilizei como metodologia a **análise documental**, que tem enfoque na análise de documentos, pois segundo Ludke e André (1982, p. 38):

[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Para realizar a análise, utilizei as 3 versões da BNCC. O uso das 3 versões é justificado pelo fato de que, a pesquisa buscará analisar as mudanças ocorridas nas três versões, especificadamente, na etapa da Educação Infantil, no Campo de Experiências Corpo, Gestos e Movimentos.

A BNCC é um documento que determina as competências, as habilidades e as aprendizagens que orientam e norteiam cada etapa da Educação Básica, tanto para escolas públicas quanto para particulares.

A primeira versão da BNCC, foi lançada em setembro de 2015. Em outubro, passa por uma consulta pública, então sua segunda versão é lançada em maio de 2016. A segunda versão, também passou por consulta pública e participou de seminários estaduais em todo o país, organizados pelo União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), fornecendo dados para rascunho de uma nova Base. Por fim, em 20 de dezembro de 2017 é homologada a terceira versão do documento normativo.

As 3 versões da BNCC estão disponíveis na página de internet: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

A BNCC apresenta a etapa da Educação Infantil, diferente das demais, uma vez que, propõe um currículo baseado em Campos de Experiências e não em

disciplinas.

Com base em Caulley (1981), citado por Ludke e André, (1982, p. 39), “análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.

Por isso, para analisar as 3 versões da BNCC, utilizei um Roteiro de Análise⁷ elaborado com base em Kramer (1997).

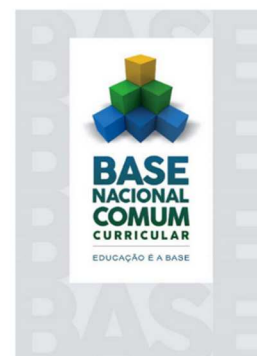
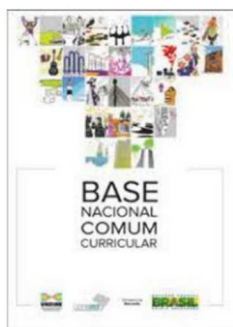
O roteiro foi utilizado para analisar as 3 versões conjuntamente-e é dividido em três tópicos norteadores:

Sobre os autores, condições de produção e leitores, as questões buscam identificar: Quem são os autores dessa versão da BNCC? Como foram escolhidos? De que forma participaram da elaboração da versão? Como e para que essa versão da BNCC foi produzida? Quais os objetivos da versão da BNCC? Que tipo de documento essa versão da BNCC se denomina? Qual a concepção subjacente ou explícita de proposta pedagógica e/ou currículo ela apresenta? À quem se destina essa versão da BNCC? Quem são as crianças, os adolescentes e/ou os adultos a quem se dirige? Qual a forma de distribuição/divulgação da versão?

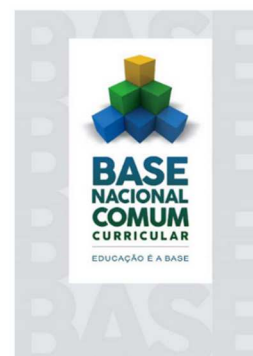
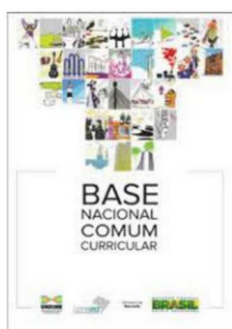
Sobre os fundamentos e encaminhamentos teóricos-metodológicos, as questões buscam identificar: os fundamentos teóricos dessa versão são explicitados? Qual a concepção subjacente ou explícita de infância e educação nessa versão? Essas concepções são coerentes com os fundamentos teóricos da versão? Quais os conteúdos ou encaminhamentos metodológicos apresentados nessa versão? Como a versão articula-os? Como a versão organiza os conteúdos ou encaminhamentos metodológicos em relação ao tempo, espaços e materiais? Quais as orientações que a versão propõe para o acompanhamento da aquisição e apropriação dos conteúdos ou encaminhamentos metodológicos?

E, por fim **sobre o Campo de Experiências Corpo, Gestos e Movimentos**, as questões buscam identificar: como o Campo de Experiências se apresenta nessa versão da BNCC? Quais os objetivos desse Campo de Experiências? Como o documento organiza esses objetivos? Os fundamentos teóricos-metodológicos são coerentes com o Campo de Experiências? Quais as estratégias para abordagem dessas experiências?

⁷ O Roteiro de análise está disponível nos Anexos.



CAPÍTULO 4



4 AS TRÊS VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

4.1 SOBRE OS AUTORES, AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E OS LEITORES

A primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015) foi criada com o intuito de ser um documento **preliminar**, que pretendia servir como forma de renovação e aperfeiçoamento de todas as etapas da Educação Básica. Seu objetivo, é apontar caminhos de aprendizagens e desenvolvimento aos estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.

São garantidos doze direitos de aprendizagens na primeira versão que fazem parte de um conjunto de propostas que norteiam os objetivos de aprendizagens, baseados nos **princípios éticos, estéticos e políticos**⁸. Princípio estes, que devem fazer parte de todos os currículos das diferentes instituições, “embora não sejam, eles próprios, a totalidade do currículo, mas parte dele” (BRASIL, 2015, p. 15).

A primeira versão, foi construída por uma equipe formada pela Secretaria de Educação Básica (SEB), como aparece na carta de apresentação, produzida pelo então secretário de educação Renato Jaime Ribeiro. No entanto, os nomes dos participantes não aparecem nesta versão do documento.

[...] o Ministério da Educação, após um intenso e dedicado trabalho das equipes formadas pela Secretaria de Educação Básica, apresenta a sociedade a versão inicial, para amplo debate, do que poderá ser a Base Nacional Comum (BRASIL, 2015, p. 2).

Desta forma a primeira versão é disponibilizada no Portal da Base, criado pela página do MEC, e disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, para que os leitores, caracterizados nesta versão, como comunidade de pesquisadores, docentes e sociedade em geral, realizem a consulta pública. A menção a quem se destina o documento é exposta de maneira bem subjetiva.

Através da Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI) da SEB, foram realizados reuniões, seminários e fóruns em áreas de Educação, para que a primeira versão fosse discutida, a fim de divulgar o documento, o MEC e membros do Comitê de assessoria rodaram por vários espaços de discussões e secretarias buscando melhorar a consulta pública.

⁸ Esses princípios foram definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013).

A segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016), é originada dos debates, discussões e reflexões da primeira versão com os sujeitos do campo educacional e da sociedade como um todo, que surgem a partir da consulta pública da primeira versão. Nesta versão o documento apresenta como se deu o processo da construção da primeira e segunda versão.

O processo de elaboração iniciou na construção de um Comitê de assessores e especialistas organizados pela SEB junto ao MEC. Este comitê contava com professores universitários, atuantes na pesquisa e no ensino, sendo 2 coordenadores, 14 assessores e 109 especialistas. Destes especialistas, somente dois eram destinados à Educação Infantil, os restantes foram divididos pelas áreas de Linguagem e pelas etapas da Educação Básica. Coube ao Comitê de redação organizar a primeira versão, que foi destinada à consulta pública. Ela foi realizada pela página de internet: <http://consulta.basenacionalcomum.mec.gov.br> por meio de cadastramento que categorizava três classificações:

[...] indivíduos (estudantes da Educação Básica ou Ensino Superior; professores da Educação Básica ou Ensino Superior; pai ou responsável por estudante da Educação Básica; outro; organizações (sociedades científicas, associações e demais organizações interessadas) e redes (escolas, redes de ensino) (BRASIL, 2016, p. 19).

Diferente da primeira, a segunda versão é definida como documento de **caráter normativo** que busca orientar a construção de currículos para todas as etapas da Educação Básica, a fim da garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

A segunda versão do documento, expõe quem foram seus autores/membros no processo de sua construção. Os nomes se encontram em anexo junto ao documento.

Dos autores destinados a criação da segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016), na etapa da Educação Infantil, aparece somente dois nomes que fizeram parte do comitê de especialistas. O documento também apresenta uma nota de agradecimento aos pesquisadores que contribuíram nas discussões em forma de parecer, no qual dentre estes pesquisadores, quatro referentes as contribuições destinadas à Educação Infantil.

A segunda versão, assume um papel de subsidiar a elaboração dos currículos, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). O documento

esclarece que o trabalho para a construção de um currículo e propostas pedagógicas devem ser encaminhadas a partir de políticas orientadas pelas secretarias e órgãos das instâncias educacionais, como Plano Nacional de Educação (PNE), DCN e os projetos políticos pedagógicos locais, além da necessidade de haver um trabalho conjunto dos discentes de todas as Unidades Educacionais. Pois, a concepção dessa versão é de que sem este trabalho conjunto “não há concretização de objetivos de aprendizagem sem a consideração dos reais sujeitos de aprendizagem” (BRASIL, 2016, p. 31).

A segunda versão assume um papel de referência do Sistema Nacional de Educação (SNE), no qual, é responsável pela articulação dos sistemas de ensino. O documento é disponibilizado na página de internet Portal da Base:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

Em 2017 é homologada a terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017), que não esclarece, o seu processo de construção, nem “como” e o “por quê” de sua criação.

Apesar de o documento não vir acompanhado de suas etapas de criação, em anexo, encontra-se os nomes dos participantes das três versões. Este anexo, diferente da segunda versão, onde a divisão dos autores se dá pelas especificidades elencadas, separadas pelos comitês e áreas de linguagens e etapas de ensino. A terceira versão cita a divisão dos diferentes comitês, sem a distinção dos autores por áreas de participação. A lista com os nomes se encontra no fim do documento.

A terceira versão, é definida como um documento de **caráter normativo** e mantém o objetivo explicitado nas versões anteriores:

[...] define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2017, p. 7, grifo dos autores).

A concepção de currículo presente na terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017) é mais objetivo, ainda que se mantenha a ideia das primeira e segunda versões, de que a base e o currículo são complementares ao reconhecerem que a educação tem um compromisso na **formação integral do ser humano** e que as redes e sistemas de ensino devem ser autônomas, considerando seu contexto a partir dos desenvolvimentos das competências.

A mudança é que o termo **competências** surge na terceira versão, não

descartando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos nas duas versões anteriores, mas como uma outra forma de denominação para definir aquilo que os estudantes devem saber durante a Educação Básica.

As segunda e terceira versões (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017), evidenciam novas considerações, ao trazer **outras modalidades de ensino** que devem estar inseridas nos currículos. São elas: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Quilombola e a Educação a Distância. Vale ressaltar que a primeira versão tinha propostas somente para a Educação Especial.

Ainda na terceira versão, a BNCC (BRASIL, 2017) propõe um trabalho por meio dos **componentes curriculares dos temas contemporâneos**, de acordo com a esfera regional e global das intuições. Semelhantes a estes temas contemporâneos, a primeira versão propunha como **temas integradores** e a segunda versão como **temas especiais**, que eram definidos como [...] temas sociais contemporâneos que completam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões políticas, éticas e estéticas da formação dos sujeitos, nas perspectivas de uma educação humana integral (BNCC, 2016, p. 47).

A diferença é que na segunda versão, os temas, intitulados especiais, englobavam o currículo de maneira estruturante e contextualizado, tinham um caráter multidisciplinar, que iam além dos objetivos de aprendizagem dos componentes curriculares e continham descrição de cada tema. Já nas primeira e terceira versões, os temas, intitulados contemporâneos, estão inseridos nos componentes curriculares, e são só citados, mas cabe aos sistemas e redes de ensino abordá-los de forma contextualizada.

Como as duas versões anteriores, a terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017), está disponibilizada na página de internet Portal da Base: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, para consulta popular e propõem um regime de colaboração para alcançar seus objetivos. Esta versão homologada depende que:

[...] rede de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para plano de ação [...] (BRASIL 2017, p. 20).

Nesse sentido, fica de responsabilidade direta da União investir na formação inicial e continuada dos professores, além de promover ações políticas em âmbito

federal, estadual e municipal, que sejam pertinentes nas avaliações, materiais e infraestrutura cabíveis à implementação das bases. Fica a cargo da sociedade avaliar seus avanços (BRASIL, 2017).

A condições de produção das três versões se mantiveram semelhantes no que se trata da finalidade do documento, ao definir bases comuns, que devem ser inseridas em todos os currículos e propostas da Educação Básica.

As três versões do documento preveem que seu uso se aplique a todos e exclusivamente na educação escolar, e a seus atores inseridos neste meio, estudantes, professores, coordenadores, família, porém de maneira subjetiva dentro das versões. Somente na última versão, é que se apresenta de maneira direta como a divulgação e distribuição deve ocorrer, por meio da proposta do sistema de colaboração.

4.2 SOBRE OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015), define doze direitos de aprendizagens a todas as etapas da Educação Básica, baseados nos princípios estéticos, políticos e ético que são referenciados pela DCN (BRASIL, 2013). Os direitos definem e orientam os conhecimentos que devem ser garantidos dentro dos componentes curriculares. Sem desconsiderar as especificidades dos componentes, a versão propõe uma divisão em áreas de conhecimento: **Linguagens, Matemática, Ciência Humanas e Ciência da Natureza.**

Os doze direitos de aprendizagens definidos, são considerados na etapa da Educação Infantil, contudo, o documento considera as características próprias das crianças que fazem parte desta etapa de 0 a 5 anos (BRASIL, 2015).

O documento, em conformidade com as DCNEI, define a criança como um “sujeito histórico e de direitos, que brinca, imagina, fantasia, deseja, observa experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2015, p. 18).

Por conta destas especificidades, a primeira versão propõe que os encaminhamentos pedagógicos da Educação Infantil sejam baseados nas participações das crianças em “diferentes práticas cotidianas nas quais interagem com parceiros adultos e companheiros de idade” (BRASIL, 2015, p. 18).

Ao considerar as dimensões de aprendizagens das crianças por meio do brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer a si, são reformulados outros

Direitos de aprendizagens. Estes, ainda baseados nos princípios da DCN e resgatados na DCNEI⁹, como também estão baseados nos doze princípios destinados a todas as etapas da Educação Básica, formulados pela primeira versão.

Os direitos são:

CONVIVER democraticamente, com outras crianças e adultos, com eles interagir, utilizando diferentes linguagens, e ampliar o conhecimento e o respeito em relação à natureza, à cultura, às singularidades e às diferenças entre as pessoas; BRINCAR cotidianamente de diversas formas e com diferentes parceiros, interagindo com as culturas infantis, construindo conhecimentos e desenvolvendo sua imaginação, sua criatividade, suas capacidades emocionais, motoras, cognitivas e relacionais; PARTICIPAR, com protagonismo, tanto no planejamento como na realização das atividades recorrentes da vida cotidiana, na escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo linguagens e elaborando conhecimentos; EXPLORAR movimentos, gestos, sons, palavras, histórias, objetos, elementos da natureza e do ambiente urbano e do campo, interagindo com diferentes grupos e ampliando seus saberes e linguagens. COMUNICAR, com diferentes linguagens, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas de experiência, registros de vivência e de conhecimento, ao mesmo tempo em que aprende a compreender o que os outros lhe comunicam. CONHECER-SE e construir sua identidade pessoal e cultural, constituído de uma imagem positiva de si de seus grupos de pertencimento nas diversas interações e brincadeiras vivenciadas na instituição de Educação Infantil (BRASIL, 2015, p. 20, grifo do autor).

Estes direitos definidos na primeira versão, consideram as dimensões de aprendizagem e desenvolvimento das crianças mediadas pela interação e brincadeira. Os seis direitos são garantidos a partir de uma proposta pedagógica baseada em Campos de Experiências, que são considerados como forma de organização curricular mais efetiva para as crianças desta faixa etária, segundo o documento (BRASIL, 2015). A Educação Infantil busca superar um currículo fragmentado por componentes. Os Campos de Experiências, buscam criar as experiências de aprendizagem definidas pelas DCNEI, (BRASIL, 2010), em que a interação e brincadeira são utilizadas como centro do processo pedagógico.

Mesmo que a primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015) afirme que sua concepção busca romper com o caráter assistencialista e escolarizante que dominava a Educação Infantil, o documento ainda manifesta de que forma ocorre a integração das áreas de conhecimento, que se tornam centrais na etapa seguinte que englobam os componentes.

É relevante ressaltar que, ao fazer esta integração, o documento se atenta as

⁹ Os princípios resgatados são: Ético, Político e Estéticos.

especificidades da criança, ao afirmar que “tanto os Campos de Experiências não são nomeados como áreas de conhecimento, quanto as aquisições ocorridas não são apontadas em termos de conceitos [...]” (BRASIL, 2015, p. 21), e sim como objetivos derivados dos direitos de aprendizagens e traduzidos pelos Campos de Experiências.

A BNCC (BRASIL, 2015), em sua primeira versão, traz uma visão clara de educação e de como isso perpassa nas diferentes áreas, ou seja, existe uma coerência com concepção de criança e educação.

Os Campos de Experiências, sendo a proposta curricular apresentada pela primeira versão, consiste em colocar, como centro no projeto educativo, as interações, as brincadeiras que possibilitam as observações, questionamentos, investigações e ações das crianças articuladas pelas propostas dos professores/as (BRASIL, 2015).

São propostos cinco Campos de Experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, Gestos e movimentos; Traços, sons, cores e imagens; Escuta, fala, linguagem e pensamento; e Espaços, tempos, quantidades relações e transformações. Na primeira versão, o documento apresenta os Campos de Experiências fazendo uma breve contextualização, seguidos de objetivos de aprendizagem a cada campo, todos baseados nos seis direitos de aprendizagem na Educação Infantil.

Na segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016), é visível que a fundamentação teórica do documento é alargada. Ela apresenta uma proposta fundamentada na concepção de indissociabilidade entre o educar e cuidar, comprometendo-se com a educação integral, ao considerar as crianças como sujeitos culturais de direito. Portanto, a segunda versão, assim como a primeira, mantém a sua concepção de criança em conformidade com as DCNEI.

Na segunda versão, o documento explicita sua responsabilidade enquanto ao papel da Educação Infantil, que é propiciar “às crianças experiências de interação, possibilitando diversas formas de agrupamento [...]” (BRASIL, 2016, p. 55). Esta versão do documento, reafirma que a Educação Infantil é destinada a faixa etária de 0 a 3 anos, sem obrigatoriedade, a creche e para as crianças de 4 a 5 anos, a Pré-escola, que é de caráter obrigatório.

Nesta versão da base há dois aspectos fundantes que se tornam centrais na construção da proposta pedagógica, o primeiro:

[..] diz respeito aos modos como as crianças, desde bebês, se relacionam com o mundo. É na relação com o outro que elas se constituem e se apropriam de formas culturais de observar o mundo social e natural ao seu

redor, de indagar sobre ele, levantar hipóteses, expor suas opiniões e criar modos de intervir. Nesse processo, manifestam-se de forma integrada o afeto, a emoção, os saberes, a linguagem, a ludicidade, a cultura (BRASIL, 2016, p. 55).

Em conformidade com este aspecto, resgatado da primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015) e de acordo com as DCNEI, a interação e a brincadeira na segunda versão se tornam **eixos estruturantes** das práticas pedagógicas. Vale ressaltar que, na versão anterior eram considerados mediadores da prática e centro do seu processo. A Interação, é explicitada, por esta versão da base, como forma da criança incorporar sentidos e significados coletivos para o mundo, e a brincadeira como forma de manifestar a excentricidade que as crianças assumem como **sujeitos e produtoras de cultura infantis** (BRASIL, 2016).

O segundo aspecto está diretamente relacionado com o primeiro, pois destaca que a partir das práticas cotidianas a criança constrói suas identidades pessoal e social na relação com seus pares (BRASIL, 2016). Desta forma, a segunda versão assume como importante um trabalho pedagógico plural dentro das instituições.

Os dois aspectos conduzem a forma das crianças compreenderem e conhecerem o mundo social e natural, se utilizando das diferentes linguagens, tecnologias que emergem e conhecimentos que circulam e ajudam a constituir atitudes e ações de solidariedade e respeito.

Neste sentido a segunda versão indica:

[...] imergir em distintas situações, pesquisar as características dos objetos de conhecimentos investigados, tentar soluções, perguntar e responder a parceiros diversos, expor e representar ideias, em interações mediadoras pela ação do professor/a atento/a e sensível (BRASIL, 2016, p. 57).

A segunda versão (BRASIL, 2016) tem uma relação estreita com as DCNEI, com isso o enfoque nos direitos fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento são preservados, como na primeira versão, porém constituídos de novos aspectos.

Os direitos são estabelecidos em reconhecimento as particularidades das crianças pequenas, neste sentido a organização curricular proposta, por esta versão, deve ser produzida a partir de **cinco aspectos**: Princípios da Educação Infantil que são políticos, estéticos e éticos; Cuidar e educar; Interação e brincadeira; Seleção de práticas, saberes e conhecimento; e Centralidade das crianças. Os aspectos são descritos dentro do documento.

Vale ressaltar que, dos cinco aspectos, os Princípios políticos, éticos e estéticos baseados nas DCNEI, são os únicos aspectos, que de forma clara, foram apresentados também na primeira versão.

Os cinco aspectos, reafirmam os progressos das DCNEI, e “embasam as relações pedagógicas, os cuidados, assim como temas, as metodologias e proposições” (BRASIL, 2016, p. 58), constituindo um currículo à Educação Infantil.

A concepção de currículo na segunda versão, se articula com os fundamentos teóricos explicitados ao propor que:

O currículo pode ser organizado a partir de conteúdos da experiência da criança e continuar em direção ao conteúdo dos programas definidos pelas escolas, ou seja, ambos pertencem ao mesmo processo de formação humana (BRASIL, 2016, p. 59).

O documento destaca ainda, que a proposta do currículo pautado nas experiências das crianças não desconsidera os conteúdos previstos pelas escolas, ele é parte do processo ao reconhecer a criança como centro e protagonista dos saberes na produção de cultura.

Para que a apropriação do conteúdo ocorra, é compromisso dos professores e das instituições observar e interagir com as crianças, na elaboração dos sentidos e saberes. Segundo a BNCC (BRASIL, 2016), são os professores que, por meio de seus planejamentos de possibilidades e oportunidades que se constituem a partir da observação, dos questionamentos e dos diálogos com as crianças, construam as aprendizagens significativas. As instituições, neste sentido, vêm com o papel de acompanhar os percursos das crianças, dentro de uma perspectiva processual e não conceitual. A utilização de recursos como registros em diversos momentos significativos é importante para tal acompanhamento, como por exemplo: relatórios, fotografias e desenhos.

A definição de criança, currículo e os cinco aspectos apresentados em conformidades com as DCNEI, dão suporte, na segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016), aos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser contemplados na Educação Infantil. Estes direitos são semelhantes aos da versão anterior, contudo, como são acarretados de outros fundamentos, se apresentam de maneira diferente.

O direito de Conviver, na segunda versão quando comparada a primeira,

mantém os objetivos em relação aos sujeitos que a criança convive, as diferentes linguagens que por ela é utilizada, e as apropriações que o direito garante. A mudança é decorrente do acréscimo do sentido que ao conviver a criança se **relaciona e partilha** e não somente **interage**.

O segundo direito, Brincar, se mantém semelhante a primeira versão, como uma ação de brincar de diversas formas e com diferentes parceiros. É acrescido a este direito, **o brincar em diferentes tempos e espaços**. O direito de brincar, nesta versão, **enaltece a produção de cultura da criança ao brincar**.

O direito de Participar, ganha o termo **Decidindo e se posicionando** na segunda versão, dando o caráter de um **sujeito mais autônomo para a criança**.

O direito de Explorar, se mantém semelhante a primeira versão, mantendo a fundamentação de **o que, como e onde** se explora.

O quinto direito na versão anterior (BRASIL, 2015), era denominado Comunicar, mas nesta (BRASIL, 2016), o termo usado é Expressar, e ainda mantém seus fundamentos nas diferentes linguagens e reconhece a criança como um **sujeito de particularidades que se expressa**.

Por fim, o último direito conhecer-se, se mantém semelhante a versão anterior (BRASIL, 2015).

A segunda versão (BRASIL, 2016) mantém a proposta curricular da Educação Infantil organizada pelos cinco Campos de Experiências, contudo, um dos campos tem uma mudança em sua nomenclatura. Na primeira versão (BRASIL, 2015) o Campo de Experiências era Traços, sons e imagens, na segunda versão (BRASIL, 2016) passa a ser chamado Traços, sons, formas e imagens, o campo é acrescido do termo formas, os demais quatro campos se mantêm iguais.

O conceito deste arranjo se mantém igual a primeira versão (BRASIL, 2015). Contudo, a segunda versão (BRASIL, 2016) busca contextualizar esta organização de uma maneira mais clara, fazendo referência ao uso dos Campos de Experiências como uma das estruturas curriculares já proposta nas DCNEI e como já existe, um trabalho por campos, como forma de integrar o currículo em outros países.

Ao apresentar os Campos de Experiências, as primeiras e segundas versões da BNCC (BRASIL, 2015; BRASIL, 2016) se utilizam das DCNEI para propor os saberes e conhecimentos fundamentais a serem proporcionados às crianças, associados a sua experiência. A segunda versão (BRASIL, 2016) também reafirma a

relação dos Campos de Experiências com as áreas de linguagens¹⁰, e reconhece que fundamentam processos importantes que serão continuados na etapa do Ensino Fundamental.

Uma vez que são propostos os Direitos de aprendizagem e desenvolvimento, considerando as crianças pequenas e suas especificidades e as especificidades de cada Campo de Experiências, são definidos Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento também em consonância com cada campo, sendo uma novidade nos currículos brasileiros.

A proposição de um conjunto de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças da educação infantil é algo novo, uma vez que no Brasil, nunca houve uma base nacional para creches e pré escolas (BRASIL, 2016, p. 67).

Diferente da primeira versão (BRASIL, 2015), onde os Campos de Experiências eram somente conceituados e tinham objetivos de aprendizagem definidos sem a distinção de grupos etários, a segunda versão (BRASIL, 2016) se organiza de maneira diferenciada.

A segunda versão do documento (BRASIL, 2016) afirma que, ao propor o uso dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são consideradas algumas singularidades. A primeira versão (BRASIL, 2015), diz que as crianças são muito dinâmicas, por conta disso, as aprendizagens e desenvolvimentos não ocorrem ao mesmo tempo, levando em conta está particularidade os objetivos na segunda versão do documento organiza-se por três subgrupos etários: Bebês (0 a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 2 meses). Os grupos etários não podem ser considerados de maneira restrita, o documento reconhece que deve haver uma consideração dos professores com cada criança.

A segunda singularidade que os objetivos apresentam é que, em consonância com compromisso da Educação Infantil, eles se apresentam como forma de reafirmar que as aprendizagens e os desenvolvimentos das crianças não ocorrem de maneira fragmentada e disciplinar, ou seja, os objetivos propostos buscam possibilitar as diversas vivências, em cada Campo de Experiências.

Desta forma o documento apresenta os Campos de experiências, seguido de

¹⁰ São elas: Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Ensino Religioso.

sua contextualização e de como se manifestam os direitos de aprendizagem de acordo com o campo e um quadro que apresenta os grupos etário e os objetivos de aprendizagem (BRASIL, 2016).

Na terceira versão do documento (BRASIL, 2017), há uma mudança na fundamentação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que definiam as aprendizagens essenciais para todas as etapas, que devem ser considerados na Educação Infantil. Nesta versão da BNCC (BRASIL, 2017, p. 8, grifo do autor) a “**competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores [...]”.

As competências definidas pela terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017), não são usadas com as mesmas denominações, mas são consideradas na etapa da Educação Infantil. Ainda são mantidos os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que servem de subsídio na proposta curricular.

A interação e brincadeira se mantêm como eixos estruturantes da prática pedagógica, em consonância com as DCNEI e com a segunda versão (BRASIL, 2016). Diferindo da primeira versão, que apesar de serem postos como centrais na prática, os direitos baseavam-se também nos princípios éticos, estéticos e políticos. Princípios, estes, que não são citados na terceira versão (BRASIL, 2017) do documento.

Os direitos de aprendizagem se mantêm com a mesma nomenclatura da segunda versão (BRASIL, 2016), são eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se.

O direito Conviver, mantêm os mesmos objetivos quando expressa com **quem** a criança da etapa deve conviver, porém agora aparece a quantificações destes sujeitos, em **pequenos e grandes grupos**. Mantém-se o fundamento que diz a respeito de **como** se comunicar, por meio das diferentes linguagens, destacados nas três versões. O direito Conviver deve garantir a “ampliação de conhecimento sobre si e do outro, o respeito em relação a cultura e às diferenças entre as pessoas” (BRASIL, 2017, p. 38). O que se perdeu em relação às versões anteriores, foi em respeito **a relação com a natureza**, que não é resgatado nesta versão (BRASIL, 2017). A ausência da relação com a natureza empobrece a noção de ser humano.

O direito de Brincar na terceira versão (BRASIL, 2017) se mantêm como uma ação de brincar de diversas formas e com diferentes parceiros. O direito de brincar,

nesta versão, enaltece a **produção de cultura da criança ao brincar**.

O direito de Participar na terceira versão (BRASIL, 2017), se mantém semelhante a segunda versão (BRASIL, 2016), que em comparação com a primeira (BRASIL, 2015) busca **garantir a criança com mais autonomia nas participações e voz ativa nos posicionamentos**.

O direito de Explorar na terceira versão (BRASIL, 2017), também se mantém muito semelhante com a segunda versão (BRASIL, 2016), onde são trocadas algumas palavras que não alteram o sentido.

O quinto direito, apresentado na primeira versão (BRASIL, 2015) era Comunicar, que muda com a segunda versão (BRASIL, 2016) para o termo **Expressar** e é mantido na terceira versão (BRASIL, 2017). Nesta versão os fundamentos se mantêm, baseando-se nas diferentes linguagens ao reconhecer a criança como um **sujeito de particularidades que se expressa**.

Por fim, o Conhecer-se se mantém com os mesmos conceitos das primeira e segunda versões (BRASIL, 2015; BRASIL, 2016). Este conhecer-se **é assegurado nos contextos familiar, escolar e comunitário**, diferentes das primeira e segunda versões que englobavam as interações e brincadeiras no âmbito institucional, o que permite sair do circuito da sala de aula e/ou dos muros da escola.

Na terceira versão (BRASIL, 2017), os Campos de Experiências são as propostas que devem nortear os planejamentos curriculares dos sistemas de ensino destinados a esta etapa da Educação Básica, assim como nas primeira e segunda versões.

Nas primeira e segunda versões (BRASIL, 2015; BRASIL, 2016), os Campos de experiências são definidos por meio dos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, conforme as especificidades da criança. Contudo, na primeira versão (BRASIL, 2015), o documento expõe que estas aprendizagens devem ocorrer de maneira integradora, desta forma não há uma exemplificação por etapas, de acordo com a faixa etária.

A partir dos Campos de experiências, são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Segundo a terceira versão (BRASIL, 2017), os campos são “um arranjo curricular que acolhe as situações e experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes [...]” (BRASIL, 2017, p. 40).

O documento conceitua cada Campo de Experiências, mas diferente das versões anteriores, a terceira versão se fundamenta nas competências (habilidades,

conhecimento, valores e atitudes), mesmo que na Educação Infantil não seja usada esta nomenclatura, seus conceitos aparecem de maneira subjetiva, somados a concepção de criança.

Na educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, quanto habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagens e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando a interação e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como **objetivos de aprendizagem e desenvolvimento** (BRASIL, 2017, p. 44, grifo do autor).

Nesta perspectiva, as segunda e terceira versões (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017), apresentam os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento divididos em três grupos por faixa etária, dentro de cada Campo de Experiências. Nos grupos são apresentadas possibilidades de aprendizagem e características de desenvolvimento. O documento expõe que as especificidades dos grupos não podem ser seguidas de forma rígida, pois cada criança é única e deve ter uma consideração nos ritmos e particularidades de aprendizagem (BRASIL, 2017).

Diferente da segunda versão (BRASIL, 2016), os três grupos, ainda são divididos em creche e Pré-escola. A creche engloba os dois primeiros grupos e a Pré-escola o terceiro grupo. Vale ressaltar que o termo Pré-escola no início na apresentação da terceira versão do documento, é exposto como um termo utilizado até a década de 1980, no entanto, é usado da mesma maneira.

A etapa da Educação Infantil, não tem uma definição específica sobre tempo, material e espaço, uma vez que, o que se expõem nos documentos é a impotência deles dentro de um trabalho pedagógico e o quanto o sistema educacional deve garantir condições necessárias. Na terceira versão (BRASIL, 2017), aparece um conceito importante que evidencia a necessidade da relação espaço, tempo e materiais, sem defini-las, para imprimir **Intencionalidade educativa**, como:

consiste na organização e preposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com cultura e com a produção que se traduzem nas práticas de cuidado pessoal [...], nas brincadeiras, nas experimentações, com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com pessoas (BRASIL, 2017, p. 39).

A terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017), resgata que cabe ao educador acompanhar tanto as práticas quanto as aprendizagens, utilizando de materiais de

registro, feitos em diferentes momentos pelas crianças, sem a intenção de classificá-las, ou seja “trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças” (BRASIL, 2017, p. 39).

4.3 SOBRE O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

O Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos, na primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015), se pauta no entendimento de que:

O corpo, no contato com o mundo, é essencial na construção de sentido pelas crianças, inclusive para as que possuem algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimentos, altas habilidades/superdotações. Por meio do tato, do gesto, do deslocamento, do jogo, da marcha, dos saltos, as crianças expressam-se, percebem, interagem, emocionam-se, reconhecem sensações, brincam, habitam espaços e neles se localizam, construindo conhecimentos de si e do mundo (BRASIL, 2015, p 23).

A segunda versão (BRASIL, 2016), contextualiza o corpo além das características biológicas, mas também como forma de reafirmar o seu lugar enquanto sujeito social que repercute na maneira de quem somos e nas experiências que temos em relação à gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade. O corpo transparece a singularidade de cada um, a identidade social e pessoal (BRASIL, 2017).

Neste sentido na Educação Infantil as crianças

[...] conhecem e reconhecem com o corpo suas sensações, funções corporais e, nos seus gestos e movimentos, identificam as suas potencialidades e limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco. Também podem explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo – individualmente ou em pares – descobrindo variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo, como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar se apoiando em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar, ações sempre norteadas pelas brincadeiras e interações (BRASIL, 2017, p. 70).

Na terceira versão (BRASIL, 2017), o Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos, ganha uma conceituação mais ampla:

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos e movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o

outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física [...] Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (BRASIL, 2017, p. 41).

As mudanças ocorridas entre as três versões em relação aos fundamentos teóricos do campo, podem ser percebidas quando a segunda versão (BRASIL, 2016) evidencia o corpo além dos aspectos biológicos e como forma de identidade social. O corpo é reconhecido como uma linguagem, e central nas partes pedagógicas nas segunda e terceira versões (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017), não só essencial para a construção dos sentidos como apresenta na primeira versão (BRASIL, 2015).

Nas segunda e terceira versões (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017), não há uma menção das caracterizações das crianças, como na primeira (BRASIL, 2015), onde, menciona as características específicas das crianças. As duas ainda resgatam as várias dimensões e linguagem da criança consigo mesma, seus pares e diferentes espaços, ao considerar a sua integralidade.

A primeira versão (BRASIL, 2015) apresenta seis objetivos de aprendizagem dentro do campo Corpo, gestos e movimentos, no qual são baseados diretamente nos seis direitos de aprendizagem estabelecidos, sem a distinção por grupos de faixa etária. No campo de experiências Corpo, Gestos e Movimentos os objetivos definidos por esta versão são:

Conviver com crianças e adultos em espaços diversos e vivenciar movimentos e gestos que marcam sua cultura, utilizando seu corpo com liberdade e autonomia. Brincar, utilizando criativamente práticas corporais para realizar jogos e brincadeiras e para criar e representar personagens no faz de conta, no reconto de histórias, em danças e dramatizações. Explorar um amplo repertório de mímicas, gestos, movimentos com o corpo, podendo apoiar-se no uso de bolas, pneus, arcos, descobrindo variados modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo. Participar, de modo ativo, de diversas atividades que envolvem o corpo e de atividades de cuidados pessoais, reconhecendo-o, compreendendo suas sensações e necessidades e desenvolvendo autonomia para cuidar de si. Comunicar corporalmente sentimentos, emoções e representações em diversos tipos de atividades,

como no reconto oral de histórias, em danças e dramatizações, nos momentos de banho e de outros cuidados pessoais. Conhecer-se, reconhecendo, nomeando e valorizando suas características pessoais e corporais e as das outras crianças e adultos, suas capacidades físicas, suas sensações, suas necessidades (BRASIL, 2015, p. 24-25).

Na segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016), além dos seis direitos de aprendizagem a toda a Educação Infantil, são estabelecidos outros seis direitos traduzidos dentro do Campo de Experiências Corpo, Gestos e Movimento. A versão amplia sua estrutura, ao apresentar como se manifestam os direitos de aprendizagem no campo Corpo, gestos e movimentos:

CONVIVER com crianças e adultos e experimentar, de múltiplas formas, a gestualidade que marca sua cultura e está presente nos cuidados pessoais, dança, música, teatro, artes circenses, jogos, escuta de histórias e brincadeiras. BRINCAR, utilizando movimentos para se expressar, explorar espaços, objetos e situações, imitar, jogar, imaginar, interagir e utilizar criativamente o repertório da cultura corporal e do movimento. PARTICIPAR de diversas atividades de cuidados pessoais e do contexto social, de brincadeiras, encenações teatrais ou circenses, danças e músicas; desenvolver práticas corporais e autonomia para cuidar de si, do outro e do ambiente. EXPLORAR amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas; descobrir modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo e adquirir a compreensão do seu corpo no espaço, no tempo e no grupo. EXPRESSAR corporalmente emoções, ideias e opiniões, tanto nas relações cotidianas como nas brincadeiras, dramatizações, danças, músicas, contação de histórias, dentre outras manifestações, empenhando-se em compreender o que outros também expressam. CONHECER-SE nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo; reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero, étnico-racial e religioso (BRASIL, 2016, p. 71, grifo do autor).

A partir dos direitos que devem ser garantidos no Campo de experiências Corpo, gestos e movimentos, são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por grupos de faixa etária, diferente da primeira versão (BRASIL, 2015) que não englobava esta divisão. Para isso, a segunda versão (BRASIL, 2016) se utiliza de uma tabela que estabelece os objetivos de acordo com as características do grupo.

A terceira versão (BRASIL, 2017) não apresenta os seis direitos de aprendizagem para cada Campo, diferente da segunda. No entanto, também, se utiliza da separação dos grupos etários para definir seus objetivos de aprendizagem

Apresento no Quadro 1, os objetivos do Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos nas segunda e terceira versões da BNCC (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017), especificadamente para o grupo dos bebês:

QUADRO 1 - OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NAS SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO GRUPO DOS BEBÊS.

SEGUNDA VERSÃO DA BNCC (BRASIL, 2016) – BEBÊS	TERCEIRA VERSÃO DA BNCC (BRASIL, 2017) – BEBÊS
Expressar corporalmente emoções, necessidades, desejos, ampliando suas estratégias comunicativas	Movimentar as partes do corpo para expressar corporalmente emoções, necessidades e desejos
Ampliar suas possibilidades corporais, respondendo a desafios criados em espaços que possibilitem explorações diferenciadas.	Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes
Experimentar as possibilidades de seu corpo nas brincadeiras ou diante das demandas proporcionadas por ambientes acolhedores e desafiantes	Imitar gestos e movimentos de outras crianças e adultos e animais
Participar do cuidado do seu corpo e do seu bem estar	Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem estar
Imitar gestos, sonoridades e movimentos de outras crianças e adultos	Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos

FONTE: a autora com base em BRASIL (2016) e BRASIL (2017).

Referente aos objetivos definidos para grupo dos **Bebês** na segunda e terceira versões, percebe-se que quanto ao primeiro objetivo a terceira versão é acompanhada do conceito de movimento a fim de expressar emoções. No segundo objetivo, a segunda versão utiliza-se do termo **Ampliar**, enquanto a terceira versão utiliza-se do termo **Experimentar** mesmo que as duas se refiram as práticas corporais, os termos apresentam diferenças no sentido da vivência das práticas, pois na segunda versão, a criança amplia suas possibilidades e na terceira, ela experimenta a partir das brincadeiras e interações. O terceiro objetivo muda completamente o sentido nas duas versões, pois a segunda versão ressalta a **ideia do corpo nas brincadeiras** e a terceira versão expressa a possibilidade de **imitar**. O quarto objetivo mantém o sentido nas duas versões, onde o cuidado com o corpo e o bem estar é garantido. Por fim, o quinto objetivo muda de uma versão à outra, uma vez que, na segunda versão, a proposta está relacionada ao imitar gestos, sonoridades e movimentos, e na terceira se altera para a desenvolvimento das habilidades.

No Quadro 2, apresento os objetivos do Campo de Experiências Corpo, gestos

e movimentos nas segunda e terceira versões da BNCC no grupo das crianças bem pequenas:

QUADRO 2 - OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NAS SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO GRUPO DAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS

SEGUNDA VERSÃO DA BNCC (BRASIL, 2016) – CRIANÇAS BEM PEQUENAS	TERCEIRA VERSÃO DA BNCC (BRASIL, 2017) – CRIANÇAS BEM PEQUENAS
Explorar os gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nas diversas brincadeiras corporais e de faz de conta	Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras
Praticar suas possibilidades corporais, ao se envolver em brincadeiras tradicionais e de faz de conta	Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas
Explorar formas de deslocamento no espaço, combinando movimentos e orientações diversas	Explorar formas de deslocamentos no espaço, (pular, saltar, dançar) combinando movimentos e seguindo orientações
Demonstrar uma valorização das características do seu corpo, nas diversas atividades das quais participa, como em momentos de cuidado de si e do outro, em jogos, histórias e em atividades artísticas	Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo
Explorar formas de deslocamento no espaço, combinando movimentos e orientando-se com relação a noção como: em frente, atrás, no alto, em baixo, dentro, fora	Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.

FONTE: a autora com base em BRASIL (2016) e BRASIL (2017).

Em relação aos objetivos da **criança bem pequena**, o primeiro objetivo proposto altera o sentido da segunda para terceira versão, pois o sentido de **explorar** se perde, ao ser alterado para o sentido de **apropriar**, além disso, o **faz de conta** é substituído pela proposta dos **jogos**, e a ideia da brincadeira se mantém nas duas versões. O segundo objetivo muda totalmente, a segunda versão trabalha a ideia da **utilização do corpo nas brincadeiras tradicionais e faz de conta**, já a terceira define as **noções de espaço a partir das brincadeiras**, e ao definir estas

aprendizagens desconsidera a criança como produtora de conhecimento. A única diferença que ocorre da segunda versão para a terceira, é que o terceiro objetivo da terceira versão, define os **deslocamentos**. O quarto objetivo, na terceira versão sofre um empobrecimento, ao reduzir a forma da **percepção da criança com relação ao seu corpo**. No último objetivo, há uma mudança significativa, pois, a segunda versão trabalha as **noções de formas de exploração no espaço** e a terceira versão trabalha o **desenvolvimento das habilidades manuais**.

No Quadro 3, apresento os objetivos do Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos nas segunda e terceira versões da BNCC no grupo das crianças pequenas:

QUADRO 3 - OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NAS SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO GRUPO DAS CRIANÇAS PEQUENAS DA PESQUISA

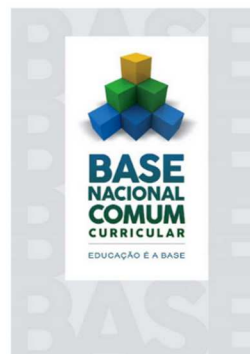
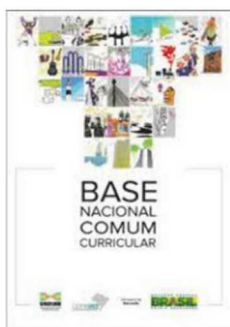
SEGUNDA VERSÃO DA BNCC (BRASIL, 2016) – CRIANÇAS PEQUENAS	TERCEIRA VERSÃO DA BNCC (BRASIL, 2017) – CRIANÇAS PEQUENAS
Fazer uso de movimentos cada vez mais precisos, ao interagir com colegas e adultos em brincadeiras e atividades da cultura corporal.	Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimento, sensações e emoções, tanto nas situações dos cotidianos quanto em brincadeiras, dança, teatros.
Criar movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.	Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades
Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo na participação em momentos de cuidado, brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, dentre outras possibilidades	Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
Criar formas diversificadas para expressar ideias, opiniões, sentimentos, sensações e emoções com o seu corpo tanto nas situações do cotidiano como em brincadeiras, dança, teatro, música.	Adotar hábitos de auto cuidado junto relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.
Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.	Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado as sus interesses e necessidades em situações diversas.

FONTE: a autora com base em BRASIL (2016) e BRASIL (2017).

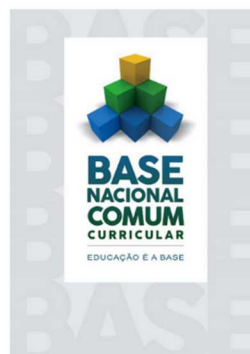
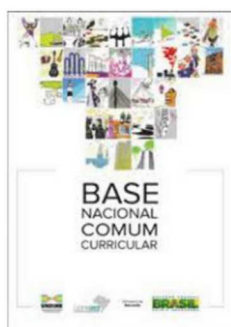
O primeiro objetivo da segunda versão da BNCC está focado no **movimento e como ele se dá nas interações**, e a terceira versão evidencia que é com **corpo** que a criança pequena **cria expressão de sentimento, sensações e emoções** por meio das brincadeiras, dança, música e teatro, envolvendo seu dia a dia. O segundo objetivo na segunda versão, envolve a **criação de movimentos, gestos, olhares e**

sons por meio dos elementos da cultura corporal de movimento, na terceira versão o foco é no **controle adequado da criança com seu corpo** para desenvolver atividades da cultura corporal do movimento. O terceiro objetivo da segunda versão aponta os mesmos elementos do segundo objetivo da terceira versão, no sentido do **controle do corpo**, acrescentando a ideia do **cuidado**, já o terceiro objetivo da terceira versão repete os mesmos elementos do segundo objetivo da segunda versão, excluindo a criação de sons. O quarto objetivo da segunda versão é diferente da terceira versão, pois, foca na **criança como protagonista de ideias, opiniões sensações a partir do seu corpo**, já na terceira versão, o objetivo aponta como central os **hábitos de auto cuidado**. Por fim, o quinto objetivo da segunda versão difere totalmente com o da terceira versão, porque o da segunda, objetiva a **autonomia da criança com seu corpo**, e o da terceira versão evidencia a **coordenação das habilidades manuais**.

As três versões do documento possuem características próprias, algumas mudanças podem ser percebidas quanto ao autores de cada versão, e com isso sua fundamentação teórica, mas sempre buscando colocar a criança como centro e a considerando-a como um sujeito histórico e de direitos, que brinca, imagina, fantasia, deseja, observa experimenta, narra, questiona e constrói sentidos (BRASIL, 2017), as três versões buscam normatizar as aprendizagens essenciais dentro da Educação Infantil.



CAPÍTULO 5



5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

A ideia de se estabelecer Bases Nacionais Comuns surge a partir do reconhecimento do governo de que o Brasil é um país rico em desigualdade social. Desta forma, como proposta, a fim de combater a esta desigualdade no âmbito educacional, a base é proposta com o objetivo de estabelecer aprendizagens essenciais, uma vez que, cada um dos estudantes irá se dispor das mesmas oportunidades. A proposta se aplica a diferentes escolas, sejam estaduais, municipais e particulares, respeitando os Projetos Políticos Pedagógicos de cada instituição na aplicação dos objetivos. Por isso, é imprescindível reconhecer a importância deste documento que se tornou obrigatório dentro das Unidades Educacionais.

A proposta da BNCC foi lançada a partir de três versões, no entanto, o que não está claro nos documentos é o porquê de ter sido criada a terceira versão. Dessa forma, dificulta sua implementação, pois a torna questionável.

Por ser um documento recente que se tornou obrigatório, necessita de um aprofundamento teórico, pelos professores e gestores, para compreensão clara de sua construção. Não houve um tempo de internalização dos princípios e conceitos-chaves que acompanharia cada uma das versões. No sentido temporal, houve somente um ano entre a escrita das versões. Vale ressaltar, que a primeira versão surge para ser um documento preliminar que dá origem a segunda versão, esta sim de caráter normativo. Da mesma forma, a terceira também se constitui em caráter normativo. Logo surgiu as seguintes reflexões: **por que há duas versões de caráter normativo? Por que surge a necessidade de uma terceira versão?**

A pesquisa evidencia que houve uma descontinuidade, entre uma versão e outra. Ora abandona alguns conceitos ora apresenta novas maneiras de evidenciar os objetivos e fundamentos da aprendizagem. As maiores discrepâncias se percebem na terceira versão.

Outro ponto observado na pesquisa, é que na terceira versão a área de formação da equipe que elaborou o documento não estava evidente, o que fragiliza ainda mais a fragilidade desta versão. Já nas primeira e segunda versões, se preservou a representatividade de diferentes áreas de conhecimento e formação dos autores para a construção do documento, permitindo que estas duas versões, em sua confiabilidade, abrangessem maior diversidade cultural. Por ser um documento complementar aos currículos das redes e sistemas de ensino, deve-se haver um olhar

de contexto global. Então se torna necessário, que na terceira versão, houvesse uma apresentação dos sujeitos envolvidos na produção.

Por outro lado, a continuidade percebida é que se mantém a concepção de criança, de infância, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na etapa da Educação Infantil. A pesquisa evidencia que a BNCC é um documento inovador para a primeira Etapa da Educação Básica, pois os documentos destinados até 2015, no Brasil, não apresentavam uma proposta de currículo por meio de Campos de Experiências.

É relevante perceber que a abordagem dos Campos de Experiências têm uma continuidade nas três versões, trata-se da proposta consistente na formação da criança pequena. Esta criança é compreendida como um “sujeito histórico e de direitos, que brinca, imagina, fantasia, deseja, observa experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2015, p. 18).

Falando do Campo de Experiências Corpo, gestos e movimentos, as três versões da base apresentam os conceitos, fundamentos e objetivos de maneira distinta. A sensação que se tem, principalmente da segunda para terceira versão, é a ânsia de buscar inovações dentro do campo teórico e do estético. Na terceira versão, foi percebido um apreço na apresentação estética do documento, que é cheia de elementos dinâmicos e coloridos. Na dimensão teórica há uma mudança de conceitos principalmente nos objetivos dos campos, da segunda para terceira versão.

Nos documentos destinados à Educação Infantil, o RCNEI reforça a ideia do movimento como eixo de trabalho e as DCNEI propõem o movimento como uma linguagem. O diferencial da base é a inserção do corpo e dos gestos como referenciais para o currículo. O corpo, nas diferentes versões é compreendido para além do biológico, ele é uma maneira de ser e estar no mundo. A Educação Infantil é ponto de partida das práticas pedagógicas da construção do conhecimento e sentidos da criança. Em tratando dos gestos, o conceito explicitado, está na base do universo dos sentidos, no qual a criança internaliza o conhecimento aplicando no seu dia-a-dia. A trilogia Corpo, gestos e movimentos se toma central na BNCC como um Campo de Experiências.

Com isso, aponta-se um viés de pesquisa inovadora, ou seja, a inserção dos gestos, associado ao corpo e aos movimentos abre um novo campo de reflexão fecundo para novas pesquisas, pois como mostra os documentos anteriores à Base,

somente o movimento da criança era central, o corpo e os gestos apareciam de maneira complementar.

O que se elucida é a necessidade dos professores, principalmente da Educação Infantil, em seu processo de **formação permanente**¹¹, buscarem sempre uma reflexão crítica, para que em sua prática pedagógica a formação integral da criança seja efetiva. A educação é caminho para que as mudanças sejam possíveis, “[...] a educação é a forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 2006, p. 98).

¹¹ Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire (2006).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf> >. Acesso em: 8 mar. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2016. BRASIL. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf > Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental Versão preliminar**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2015. BRASIL. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf> >. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1998). **Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil**. v. 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020. BRASIL. Constituição (1998). **Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil**. v. 2. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1998). **Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil**. v. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL (Brasil). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009**. Distrito Federal: Ministério da Educação, ano 2009, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf./> Acesso em: 18 mar. 2020.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressupostos da Educação Infantil**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013. 205 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. 146 p.

GARANHANI, Marynelma Camargo; NADOLNY, Lorena de Fátima. **A Linguagem Movimento na Educação de Bebês para a Formação de Professores**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1005-1026, 2015.

GUARANHANI, Marynelma Camargo; NALDONY, Lorena. **O movimento do corpo infantil: uma linguagem da criança**. In: *Caderno de formação: Formação de Professores: Educação Infantil: princípios e fundamentos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, Unesp - Pró-Reitoria de Graduação, Univesp, 2011. p. 65-74. v. 3. (Coleção Caderno de Formação, v. 3, bloco 1, módulo 3, n. 8). 200p. ISBN 978-85-7983-133-1.

KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídio para uma leitura crítica**. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 60, p. 15-35, dez. 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

ANEXO I - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DAS VERSÕES DA BNCC PARA A PESQUISA O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VERSÕES DOCUMENTAIS¹²

SOBRE OS AUTORES, AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E OS LEITORES

- 1) Autores: Quem são os autores dessa versão da BNCC? Como foram escolhidos? De que forma participaram da elaboração da versão?
- 2) Condições de produção: Como e para que essa versão da BNCC foi produzida? Quais os objetivos da versão da BNCC? Que tipo de documento essa versão da BNCC se denomina? Qual a concepção subjacente ou explícita de proposta pedagógica e/ou currículo ela apresenta?
- 3) Leitores: A quem se destina essa versão da BNCC? Quem são as crianças, os adolescentes e/ou os adultos a quem se dirige? Qual a forma de distribuição/divulgação da versão?

SOBRE OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

- 1) Fundamentos teóricos: Os fundamentos teóricos dessa versão são explicitados? Qual a concepção subjacente ou explícita de infância e educação nessa versão? Essas concepções são coerentes com os fundamentos teóricos da versão?
- 2) Encaminhamentos metodológicos: Quais os conteúdos ou encaminhamentos metodológicos apresentados nessa versão? Como a versão articula-os? Como a versão organiza os conteúdos ou encaminhamentos metodológicos em relação ao tempo, espaços e materiais? Quais as orientações que a versão propõe para o acompanhamento da aquisição e apropriação dos conteúdos ou encaminhamentos metodológicos?

SOBRE O CAMPO DE EXPERIÊNCIAS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

¹² Roteiro elaborado com base no estudo: KRAMER, Sonia. **Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica.** Educação e Sociedade. Ano XVIII, n.60, p. 15-35, dez., 1997.

- 1) Campo de experiências Corpo, gestos e movimentos: Como o campo de experiências se apresenta nessa versão da BNCC? Quais os objetivos desse campo de experiências? Como o documento organiza esses objetivos? Os fundamentos teóricos-metodológicos são coerentes com o campo de experiências? Quais as estratégias para abordagem dessas experiências?